

O GÁS DO ROVUMA VAI TRANSFORMAR MOÇAMBIQUE?

Receitas tardias, riscos fiscais e os limites do modelo de dependência do GNL

Autor: Rui Mate | Economista | Pesquisador | Coordenador do Pilar de Transparência e Integridade no Sector Público | CIP

Resumo Executivo

Este Policy Brief analisa a contribuição fiscal real do projecto de Gás Natural Liquefeito (GNL) na Bacia do Rovuma, Moçambique, com base numa metodologia de modelagem fiscal. Contrariando as expectativas de receitas substanciais e imediatas, a análise revela que o Estado moçambicano enfrentará um longo período de diferimento de impostos, com uma participação efectiva sobre as receitas brutas significativamente modesta. A arquitectura fiscal actual, dominada pelo mecanismo de cost recovery e pelo diferimento do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC), expõe o país a riscos substanciais, incluindo a volatilidade dos preços do gás e a perpetuação de passivos quasi-soberanos através da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH). O documento argumenta que a concentração de recursos no GNL representa um custo de oportunidade elevado, desviando investimentos de sectores com maior potencial de criação de emprego e diversificação económica. Conclui-se que o GNL, nos moldes actuais, não é a solução mágica prometida, e são propostas recomendações estratégicas para promover a transparência, a diversificação e uma gestão mais robusta dos recursos naturais.

EM NÚMEROS



1. A PROMESSA E A REALIDADE DO GÁS DE ROVUMA

Moçambique, um país rico em recursos naturais, tem depositado grandes esperanças na exploração das vastas reservas de gás natural na Bacia do Rovuma. A promessa de receitas fiscais transformadoras e de um novo paradigma de desenvolvimento tem sido um pilar central da narrativa governamental e dos parceiros internacionais. Contudo, uma análise aprofundada da arquitetura fiscal e dos contratos subjacentes revela uma realidade mais complexa e desafiadora. Este Policy Brief visa desmistificar as expectativas em torno do Gás do Rovuma, apresentando uma avaliação alternativa do seu impacto fiscal real e dos riscos associados. O objectivo é fornecer uma base informada para decisores políticos, sociedade civil e público em geral, promovendo um debate

transparente e construtivo sobre o futuro energético e económico de Moçambique.

2. COMO O ESTUDO FOI FEITO

A análise apresentada neste *Policy Brief* baseia-se numa metodologia robusta e transparente, focada na simulação fiscal do projecto de GNL na Área 4 da Bacia do Rovuma. Foi aplicado um modelo de Fluxo de Caixa Descontado (DCF) para projectar as receitas fiscais ao longo da vida útil do projecto, considerando os pagamentos contratuais específicos da Área 4. Para garantir a fiabilidade dos dados, o modelo foi calibrado com informações reais e verificáveis, incluindo dados do Relatório e Parecer sobre a Conta Geral do Estado e do Fundo Soberano (2022-2025). Foram explorados múltiplos cenários de preços do gás natural (Stress: USD 8/MMBtu; Base: USD 12/MMBtu; Optimista: USD 16/MMBtu; e Transição Energética: um deck decrescente), permitindo avaliar a resiliência fiscal do projecto sob diversas condições de mercado. Esta abordagem multi-cenário é crucial para compreender a volatilidade e a incerteza inerentes aos projectos de grande escala no sector de hidrocarbonetos, fornecendo uma visão abrangente dos potenciais impactos fiscais para Moçambique. O modelo simula a produção e todas as etapas financeiras: o retorno do dinheiro investido, a partilha dos lucros, o pagamento de impostos (como o IRPC e os *royalties*) e os ganhos finais da ENH.

3. PRINCIPAIS CONCLUSÕES

3.1 RECEITAS FISCAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO MODESTA E TARDIA

As projeções fiscais revelam que a contribuição do projecto de GNL para as receitas do Estado moçambicano será significativamente mais modesta e tardia do que o amplamente divulgado. No cenário base (USD 12/MMBtu), o projecto gerará uma média anual de USD 149 milhões em receitas fiscais, o que representa apenas 10,08% do *Government Take* efectivo sobre as receitas brutas (o imposto real que o governo arrecada sobre os ganhos totais). Este valor é marginal quando comparado ao Produto Interno Bruto (PIB) nacional de USD 22,4 mil milhões. A volatilidade é um factor crítico: as receitas fiscais podem variar drasticamente, de USD 54 milhões anuais no cenário de *Stress* (USD 8/MMBtu) para USD 420 milhões anuais no cenário Optimista (USD 16/MMBtu), uma variação de 7,8 vezes. Esta extrema sensibilidade aos preços internacionais do gás expõe Moçambique a uma vulnerabilidade fiscal considerável, especialmente em contextos de transição energética ou de flutuações de mercado. Além disso, a maior parte das receitas fiscais, nomeadamente o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC), só começará a ser arrecadada a partir de 2032, criando um hiato fiscal prolongado.

3.2 ARQUITETURA FISCAL: O PESO DO COST RECOVERY E O EFEITO REAR LOADING

A arquitetura fiscal dos projetos de GNL em Moçambique é caracterizada por mecanismos que priorizam o retorno do investimento das empresas em detrimento da arrecadação fiscal imediata para o Estado. O principal mecanismo é o Cost Recovery, que permite às empresas reter até 75% da receita disponível para amortizar os custos de capital (CAPEX) e operacionais (OPEX) antes que o Estado comece a receber uma parcela significativa. Este modelo, conhecido como rear-loading, adia a maior parte das receitas fiscais, como o Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRPC), para as fases finais do projecto. Tal diferimento expõe o Estado a riscos consideráveis, incluindo a possibilidade de preços baixos do gás no futuro ou uma transição energética acelerada que reduza a procura por combustíveis fósseis. Adicionalmente, o Imposto sobre a Produção de Petróleo (IPP), que é uma royalty de 2% sobre a produção bruta, é o único fluxo de receita imediato

e garantido para o Estado, mas o seu valor é relativamente baixo em comparação com o potencial total do projecto.

3.3 A DÍVIDA DA ENH: UM PASSIVO QUASI-SOBERANO OCULTO

A participação de 10% da Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) no consórcio da Área 4, embora apresentada como um benefício para o Estado, configura-se na prática como um passivo quasi-soberano oculto. Esta participação é financiada pelos parceiros do consórcio através de um mecanismo de *carried interest*, o que significa que a ENH acumula uma dívida significativa (estimada em USD 1.356 milhões) que é remunerada a uma taxa de juro de LIBOR + 1%. Consequentemente, os dividendos potenciais da ENH serão integralmente consumidos pelo serviço desta dívida até, pelo menos, 2033. Isso implica que, por mais de uma década, a participação estatal não gerará qualquer benefício líquido para o orçamento do Estado, funcionando como um fardo financeiro que pressiona indiretamente as finanças públicas. A materialização de benefícios reais desta participação está condicionada à quitação total desta dívida e à manutenção de preços elevados do GNL no mercado internacional, expondo o Estado a riscos adicionais.

3.4 CUSTO DE OPORTUNIDADE: ONDE O CAPITAL PODERIA ESTAR?

A concentração massiva de recursos no sector de GNL em Moçambique, que absorveu 74,6% do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) total entre 2002 e 2025, gerou um custo de oportunidade severo para a economia nacional. Esta alocação desproporcional de capital e atenção política desviou investimentos de sectores com maior potencial de criação de emprego e diversificação económica, como a agroindústria e as energias renováveis. Por exemplo, enquanto o GNL *offshore* exige um investimento de USD 3,2 milhões por emprego criado, sectores alternativos como a agricultura podem gerar empregos com um investimento de apenas USD 3.000 a USD 15.000 por vaga, representando um potencial de emprego 200 a 1.000 vezes superior. Além disso, a dependência do GNL atrasa a arrecadação de receitas fiscais, que só se materializarão a longo prazo, ao contrário de outros sectores que poderiam gerar receitas imediatas. Esta distorção asfixia a diversificação económica e agrava a vulnerabilidade de Moçambique a choques externos, apesar do país possuir um vasto potencial em energias renováveis e uma necessidade premente de eletrificação universal.

CUSTO DE OPORTUNIDADE EM NÚMEROS

DIMENSÃO	GNL OFFSHORE	AGROINDÚSTRIA (caju, soja)	PROCESSAMENTO GRAFITE	HIDROELÉCTRICA (M. Nkuwa)
Investimento típico	USD 8-30 mil milhões	USD 50-200 milhões	USD 200 milhões	USD 5 mil milhões
Início das receitas	7-10 anos pós-FID	6-12 meses	2-3 anos	5-6 anos
Empregos directos	500-1.000	+50.000 emprego rural	Aprox. 3.000	Aprox. 3.000
Risco transição energética	Elevado	Baixo	Beneficiário	Beneficiário
Receitas fiscais (anuais)	USD 149M (modelo)	USD 100-150M (potencial)	USD 200M (potencial)	USD 200M+

3.5 Economia Política: Por que o Modelo de Dependência Persiste?

A persistência do modelo de desenvolvimento focado no GNL, apesar das suas limitações e riscos, pode ser explicada por uma complexa interação de interesses e pela assimetria de informação. O

Governo utiliza a promessa de receitas futuras do GNL para justificar o endividamento e legitimar o seu modelo de desenvolvimento. As empresas petrolíferas beneficiam da estabilidade contratual e da redução da pressão para renegociações fiscais. Os credores internacionais veem as receitas projectadas do GNL como uma garantia para reestruturações de dívida soberana. Em contraste, a sociedade civil é frequentemente excluída do processo decisório devido à opacidade contratual e à falta de modelos fiscais públicos, o que impede o escrutínio e a participação informada. Esta assimetria de informação permite a coexistência de projecções financeiras incompatíveis, onde o GNL serve mais como um instrumento de gestão de dívida e de poder político a curto prazo do que como um motor de desenvolvimento inclusivo e sustentável para Moçambique.

4. Recomendações Estratégicas

Para mitigar os riscos identificados e promover um desenvolvimento mais equitativo e sustentável, são propostas as seguintes recomendações estratégicas:

- a) **Transparência Radical:** Implementar a publicação obrigatória de modelos fiscais auditados e relatórios de auditoria independentes. Aumentar a acessibilidade da informação para permitir o escrutínio público e a participação informada da sociedade civil.
- b) **Diversificação Económica:** Reformar o Código de Benefícios Fiscais para criar incentivos mais robustos para sectores com alto potencial de criação de emprego e valor acrescentado, como a agroindústria, o turismo e as energias renováveis. Reduzir a dependência excessiva do sector extrativo.
- c) **Gestão Proactiva de Passivos:** Realizar uma auditoria independente e transparente aos custos de Força Maior e renegociar a estrutura de dívida da ENH. O objectivo é aliviar a pressão sobre o Orçamento do Estado e garantir que a participação estatal gere dividendos reais num horizonte temporal razoável.
- d) **Fortalecimento da Governação do Fundo Soberano:** Estabelecer um quadro legal e institucional robusto para o Fundo Soberano de Moçambique, garantindo a sua independência política, transparência na gestão e aplicação das receitas do gás em investimentos estratégicos que beneficiem as gerações futuras, evitando a captura de recursos e a corrupção.

5. Conclusão

A análise detalhada do projecto de GNL na Bacia do Rovuma revela que, nos moldes actuais, o gás não é a resposta mágica prometida para os desafios económicos de Moçambique. As receitas fiscais são modestas, tardias e altamente voláteis, enquanto a arquitetura fiscal e a participação estatal geram passivos e riscos significativos. O custo de oportunidade de focar desproporcionalmente no GNL é elevado, desviando recursos de sectores com maior potencial de desenvolvimento inclusivo e criação de emprego. A persistência deste modelo é alimentada por uma complexa dinâmica de economia política e assimetria de informação. É imperativo que Moçambique reavalie a sua estratégia de desenvolvimento, adoptando um novo paradigma que priorize a transparência, a diversificação económica, a gestão proactiva de passivos e uma governação robusta dos recursos naturais. Somente assim o país poderá garantir que os seus vastos recursos naturais se traduzam em benefícios reais e sustentáveis para todos os moçambicanos.

6. Referências

- 1. Relatório Completo: [O QUE O GÁS DO ROVUMA GERA REALMENTE PARA MOÇAMBIQUE](#)
- 2. Modelo Fiscal: [Modelo Fiscal Coral Sul FLNG Final](#)

